

## **Indicação de áreas de soltura de fauna do AHE Jirau.**

Energia Sustentável do Brasil S.A.

São Paulo  
Maio / 2010

## Sumário

1.	<b>Parecer</b> .....	<b>2</b>
2.	<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>4</b>

## Sumário

Anexo I. Mapa com as localizações das áreas de soltura

## Apresentação

Para a indicação das áreas de soltura da fauna resgatada durante a supressão, é sugerido que essas áreas apresentem condições semelhantes ao local em que os animais foram encontrados, respeitando as exigências ecológicas de cada espécie e próximas as áreas de captura. Para isso, é necessário considerar a avaliação do mapa de uso do solo da região, que inclui o entorno das áreas a serem suprimidas, verificando a conectividade das áreas adjacentes, as características vegetacionais e os riscos ao redor da área selecionada. Uma análise preliminar foi realizada considerando o mapa de uso do solo disponível. O levantamento aerofotogramétrico também auxiliou para se determinar as áreas de soltura. Assim, com base no mapa de uso de solo disponibilizado pela Energia Sustentável do Brasil, foram propostas sete áreas de soltura considerando as semelhanças fisionômicas das áreas ao redor das áreas de supressão. Durante o desmatamento é indicado a priorização do afugentamento de fauna através do direcionamento de indivíduos para os fragmentos adjacentes e apenas em caso de necessidade seja realizado a captura dos animais, minimizando assim o estresse dos mesmos na captura e manipulação.

# 1. Parecer

O objetivo deste parecer é organizar as informações disponíveis a fim de instrumentalizar a Energia Sustentável do Brasil na definição de estratégias para a seleção de áreas de soltura da fauna resgatada.

Segundo a Instrução Normativa 146/07 do IBAMA, as áreas de soltura de animais devem apresentar o maior tamanho possível, observadas a similaridade dos tipos de habitats de proveniência do animal a ser solto e a capacidade suporte da área. A seleção dessas áreas precisa considerar a distribuição natural das populações e a ocorrência de acidentes geográficos que constituam barreiras naturais à dispersão das espécies. Além disso, é importante levar em conta a conectividade das áreas a serem escolhidas.

Para escolher e definir as possíveis áreas de soltura é necessário avaliar:

- Tamanho da área, sendo que áreas maiores têm maiores chances de manter grandes populações de algumas espécies, ou pelo menos alguma população de algumas espécies, como o caso dos grandes carnívoros (Soulé, 1987);
- Conectividade, pois a probabilidade de fluxo gênico é inversamente proporcional à distância entre fragmentos (Briers, 2002; McCallum, 2000), sendo necessário verificar os conjuntos de áreas conectadas entre si através de imagem de satélite;
- Diversidade de fisionomias e riqueza de espécies lenhosas, pois considera-se que maior riqueza dessas espécies reflete menor perturbação do ecossistema e que quanto maior a riqueza de espécies vegetais, maior a diversidade potencial de fauna (Smith & Theberge, 1986);
- Uso das terras no entorno, pois pode acarretar num aumento de riscos e efeitos de borda ao redor da área selecionada. De acordo com Fahrig (2001), as estratégias de conservação devem considerar a qualidade da paisagem como um todo, e que deve incluir a matriz.

Com relação à definição das áreas de soltura da fauna resgatada durante a supressão, essas áreas devem apresentar condições semelhantes ao local em que os animais foram encontrados, respeitando as exigências ecológicas de cada espécie e de preferência, próximas as áreas de captura. Para não causar influência nas áreas de amostragem do Programa de Conservação da Fauna Silvestre, foi considerada uma área de amortecimento de 2,5 Km ao redor destas, com a inclusão de algumas áreas próximas delimitadas por barreiras, como o igarapé na região de Mutum margem esquerda e, o igarapé na região de Caiçara margem direita.

Observando o mapa de uso do solo disponibilizado pela Energia Sustentável do Brasil, foi verificado que as áreas que serão suprimidas possuem fisionomia semelhante das áreas de seu entorno. O levantamento aerofotogramétrico também auxiliou para inferir áreas de soltura.

Para a seleção das áreas de soltura da fauna resgatada foram consideradas locais com fisionomias vegetais semelhantes às áreas que serão suprimidas. Assim, foram consideradas áreas de soltura considerando os cinco tipos fisionômicos encontrados na região.

Também foi considerada a distância dos locais onde pode acarretar num aumento de riscos para a fauna. Assim, foram excluídos das áreas selecionadas locais próximos a desmatamento, pastagem, área urbana, mineração e ocupação ribeirinha. A definição de áreas de soltura seguiu os critérios de acordo com o PBA.

Com base no mapa de uso de solo foram propostas sete (07) áreas de soltura (**Anexo I**) considerando as semelhanças fisionômicas das áreas ao redor das áreas de supressão, a distância dos locais que podem acarretar em riscos e tamanho dos fragmentos.

De um modo geral, é sugerido que os desmatamentos iniciem no sentido de jusante para montante, a partir do eixo do barramento, e da parte mais próxima às margens do rio para as bordas do futuro reservatório. Durante o desmatamento é indicado a priorização do afugentamento de fauna através do direcionamento de indivíduos para os fragmentos adjacentes e apenas em caso de necessidade os animais sejam capturados, minimizando assim o estresse dos mesmos na captura e manipulação. Isso pode favorecer a dispersão da fauna, permitindo a fuga dos animais para as áreas remanescentes do entorno, reduzindo a necessidade de resgate.

## 2. Referências Bibliográficas

BRIERS, R. A. Incorporating connectivity into reserve selection procedures. **Biological Conservation**, Barking, v. 103, p. 77-83, 2002.

FAHRIG, L. How much habitat is enough? **Biological Conservation**, Barking, v. 100, p. 65-74, 2001.

McCALLUM, H. **Population parameters: estimation for ecological models**. Oxford: Blackwell Science, 2000. 360 p.

SMITH, P. G. R. & THEBERGE, J. B. A review of criteria for evaluating natural areas. **Environmental Management**, New York, v. 10, n. 6, p. 715-734, 1986.

SOULÉ, M. E. (Ed.). **Viable populations for conservation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 189 p.